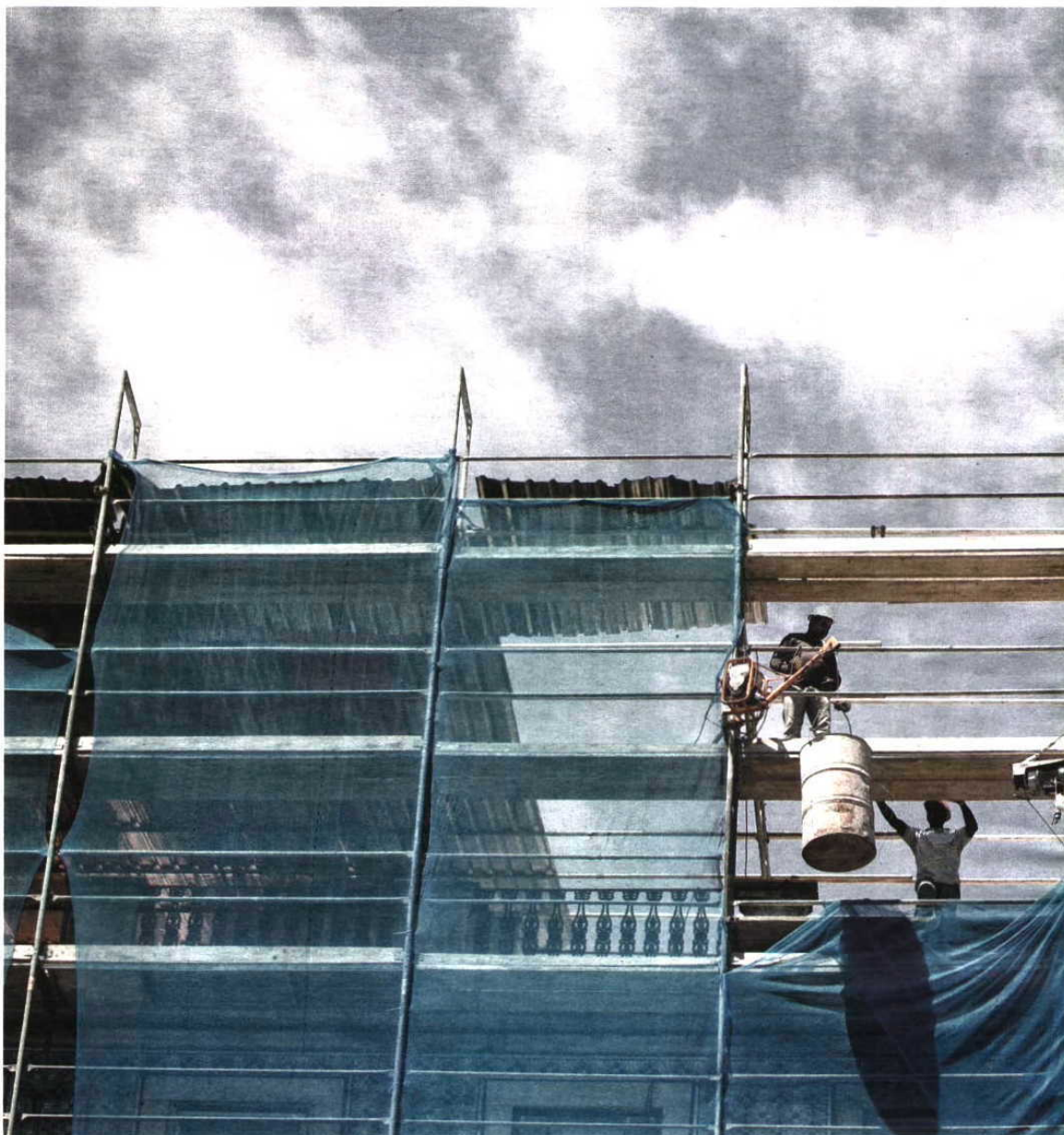




Os grandes investimentos em obras públicas têm os dias contados. Agora é a vez da iniciativa privada

RODRIGO CABRITA



UE. Empresas vão receber fundos no segundo semestre de 2014

MARGARIDA BON DE SOUSA
margarida.bondesousa@ionline.pt

As empresas vão começar a receber as verbas comunitárias a partir do segundo semestre do ano que vem. A grande prioridade do próximo quadro comunitário de apoio 2014-2020 vai ser dar um empurrão à economia, em particular ao sector exportador, sendo o grosso das verbas para investir com que o governo conta as disponibilizadas por Bruxelas. Outra novidade: haverá um conselho de sábios para colaborar com o executivo no delineamento das prioridades deste tipo de financiamentos, no desenvolvimento da concorrência para a definição das prioridades e nos objectivos específicos, bem como na fixação de metas e resultados a atingir.

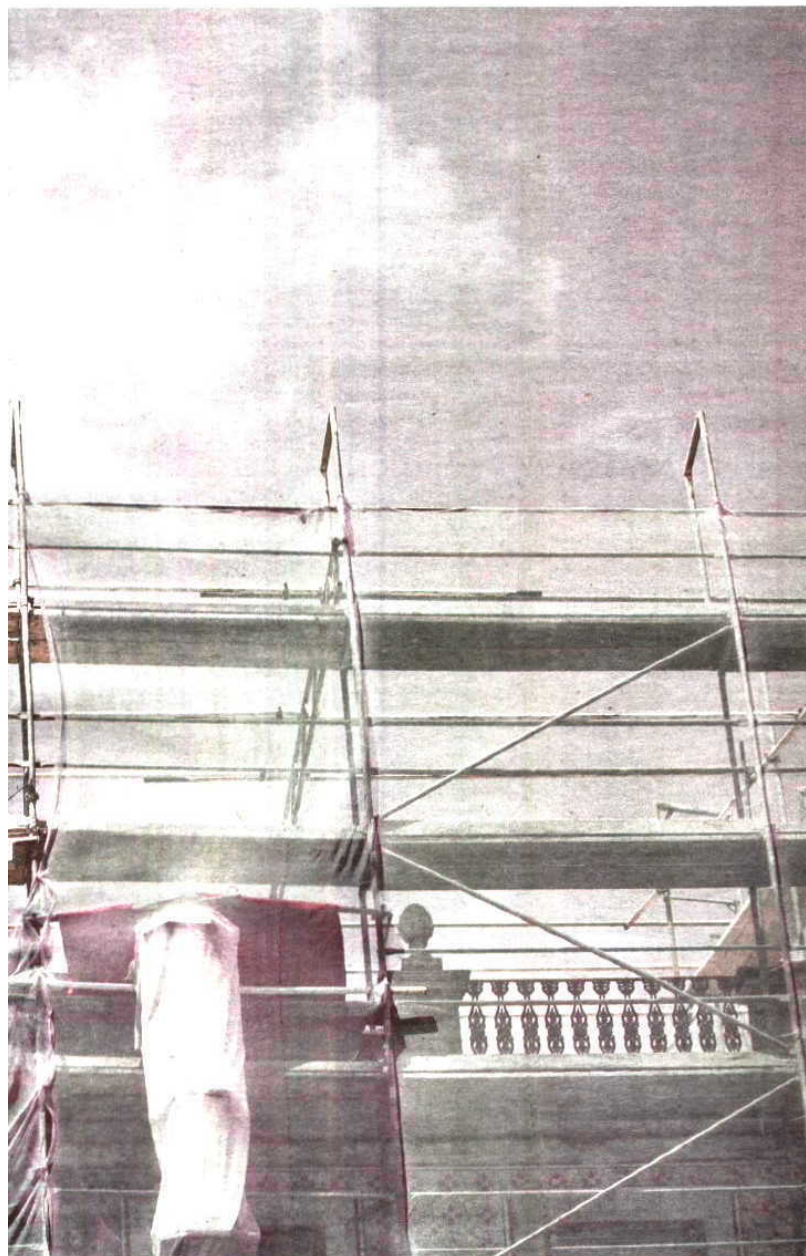
O anúncio foi ontem feito no briefing semanal do executivo, desta vez conduzido pelo ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional, que tutela esta área. "Seremos dos primeiros estados a apresentar os acordos de parceria e os programas operacionais à Comissão", garantiu Miguel Poiars Maduro. "Esperamos

entregar formalmente o processo entre Dezembro de 2013 e Janeiro de 2014 e atribuir os primeiros financiamentos no princípio do segundo semestre de 2014."

CONCORRÊNCIA ENTRE MINISTÉRIOS Uma das maiores alterações ao método utilizado anteriormente na distribuição dos fundos é que os ministérios vão ter de concorrer entre si para conquistarem mais ou menos verbas. Ou seja, "os diferentes ministérios foram convidados a apresentar projectos de investimento para serem co-financiados por Bruxelas, num total que já sabemos ultrapassa os montantes disponíveis", explicou ao *i* o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Castro Almeida. "O próximo período de programação vai ser fortemente orientado para a área da competitividade, com uma diminuição significativa dos apoios à infra-estruturas. E esse vai ser o critério decisivo para os projectos serem ou não aprovados. Quem apresentar os melhores projectos vai conseguir mais financiamento."

O governante garantiu também que se mantém o actual modelo de programas

Governo cria Conselho de Sábios para promover a concorrência entre ministérios. Só os melhores projectos vão ser financiados



regionais e programas nacionais temáticos, podendo as candidaturas ser enquadradas em qualquer deles.

APROVAR E PAGAR DEPRESSA Outra promessa é desburocratizar as candidaturas e pagar mais depressa. "Queremos reduzir os prazos da análise e aprovação de candidaturas e reduzir o prazo de pagamentos", disse Castro Almeida. "Nos últimos três meses, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, que paga o FEDER e o Fundo de Coesão, conseguiu reduzir os prazos em média de 22 dias para os três dias."

O executivo mantém ainda o projecto de criar uma instituição financeira

especializada para utilização dos fundos europeus e respectivos instrumentos, estando neste momento o projecto a ser ultimado pelos ministérios da Economia, das Finanças e pelo próprio secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

PS REAGE Os socialistas já reagiram ao anúncio do ministro Poiares Maduro, considerando da "maior importância para o futuro de Portugal os fundos comunitários que vão ser disponibilizados no período 2014-2020, uma vez que estes devem assumir um papel determinante no relançamento da economia; serão decisivos no processo de reestruturação da economia portuguesa e como contributo para o aumento da competitividade e do emprego e constituem a principal alavanca de que o país vai dispor nos próximos anos para acelerar o crescimento e o emprego". E lembram que a importância dos fundos comunitários vai muito para além da actual legislação, não deixando o partido de dar o seu contributo numa matéria tão relevante para o país. *Com Catarina Falcão*

Partido Socialista quer ter uma palavra a dizer sobre a programação do próximo quadro comunitário

Os 15 sábios do governo

ANTÔNIO BARRETO

Preside actualmente à Fundação Francisco Manuel dos Santos e foi governante logo após o 25 de Abril

ARLINDO CUNHA

Universidade Católica do Porto, ministro da Agricultura de Cavaco Silva entre 1990 e 1994

AUGUSTO MATEUS

Augusto Mateus & Associados, ex-ministro da Economia do governo de António Guterres

DIOGO LUCENA

Economista, Fundação Calouste Gulbenkian

GOMES DE PINHO

Fundação Arpad Szenes e Vieira da Silva, ex-secretário de Estado da Cultura

ISABEL MOTA

Fundação Calouste Gulbenkian, ex-secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional de Cavaco Silva nos XI e XII governos

JOÃO FERRÃO

Instituto de Ciências Sociais

JORGE VASCONCELOS

New Energy Solutions

JOSÉ TAVARES

Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

MANUEL PORTO

Faculdade de Direito de Coimbra

MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES

Faculdade de Economia de Coimbra, secretária de Estado da Modernização Administrativa de José Sócrates no XVII governo

PEDRO PITA BARROS

Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

SILVA PENEDO

Conselho Económico e Social, ministro do Emprego e da Segurança Social de Cavaco Silva no XI e XII governos

SOFIA GALVÃO

Vieira de Almeida & Associados, secretária de Estado da presidência do Conselho de Ministros no governo de Santana Lopes

Portugal passa incólume ao crivo de Bruxelas na devolução de verbas da PAC

Reino Unido lidera a lista de países que mais têm de pagar aos cofres da UE

Portugal passou incólume à necessidade de devolver verbas da Política Agrícola Comum a Bruxelas, ao contrário do que tem acontecido em anos anteriores, na mais recente avaliação da Comissão à utilização de verbas concedidas aos agricultores.

A União Europeia divulgou ontem a lista dos 15 estados-membros que vão ter de o fazer este ano, num montante de 180 milhões de euros, verbas que voltam a entrar nos cofres comunitários por irregularidades nas despesas com dinheiros comunitários.

As principais correcções atingem o Reino Unido, que vai ter de entregar 60 milhões de euros, a Polónia, com 40 milhões, a Itália, com 13 milhões, e a Dinamarca, que vê o seu orçamento para o sector reduzido 11,4 milhões de euros.

Mas o grupo dos estados-membros que cometeram irregularidades detectadas por Bruxelas não se fica por aqui. Também a Bélgica, a Alemanha, a Finlândia, a França, a Grécia, a Hungria, a Irlanda, o Luxemburgo, a Letónia, a Eslovénia e a Espanha terão de repor verbas recebidas ao abrigo dos fundos comunitários para os agricultores.

A devolução do dinheiro foi decidida depois "um exercício periódico que se faz várias vezes por ano para garantir que o dinheiro dos contribuintes europeus é gasto correctamente", afirmou o porta-voz do comissário da Agricultura, Roger Waite. Os problemas detectados prendem-se com os procedimentos de controlo dos gastos agrícolas, precisou o porta-voz, citado pela agência Efe.

Em Abril, e ao contrário de agora, Portugal foi obrigado a devolver 430 mil euros, mesmo assim um valor irrisório comparado com os 82,98 milhões de euros que a Espanha foi então obrigada a entregar. A devolução nacional teve a ver com o desrespeito dos prazos de pagamento, 400 mil euros, e superação dos limites financeiros, 30 mil.

A Áustria foi nessa altura o país que menos teve de devolver a Bruxelas, somente 10 mil euros. O Reino Unido também foi penalizado em 53,7 milhões.